

A TRANSGRESSÃO “NÃO TRANSGREDIDA” NA INFÂNCIA: AS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA BUSCA PELA IGUALDADE

UILIAN ALMEIDA ALVES²⁸
KEILA DOS ANJOS MATOS SILVA²⁹

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A diversidade sexual vem sendo alvo de diversas discussões na atualidade. Cada vez mais os sujeitos estão inclinados a maior flexibilidade quanto à liberdade da expressão da sexualidade, favorecendo a quebra da crença fixa e estabelecida em padrão heteronormativos construídos e instituídos socialmente. De acordo com Meyer e Petry (2011, p. 195) a heteronormatividade visa regular e normatizar corpos a partir do modo de ser e viver os desejos sexuais e corporais. Considerando enquanto possibilidade determinista e biologicista apenas duas possibilidades fêmea ou macho.

Sousa Neto (2013, p. 106) situa as manifestações dos anos 1960/1970 como importantes para que os grupos de gays e lésbicas pudessem se expressar “individualmente ou em movimento de afirmação homossexual, formatando-se um novo campo de luta social de uma minoria sexual que ambicionava contrariar o preconceito sofrido e buscava liberdade”. Destaca-se os acontecimentos retroativos para ressaltar que, o reconhecimento desta população ainda se apresenta como um grande desafio para a atualidade mediante os diversos conflitos ideológicos e políticos.

A contemporaneidade anuncia que nunca foi tão pertinente e necessário discutir sobre gênero. Esses questionamentos das normas devem posicionar-se em lugar de destaque, pois esse ato questionador produz possibilidade de abertura para a subjetividade e conseqüente diminuição do sofrimento psíquico.

Pensar no que é ser homem ou mulher, menino ou menina, perpassa por diversos caminhos das construções sociais, ao qual permeia o processo de concepção da ideia de sexo e gênero. Uma vez que segundo Butler (2008, p 38),

²⁸ Psicólogo com formação na FTC (Faculdade de tecnologia e Ciências) - Jequié. E-mail: Uilianpsi@gmail.com

²⁹ Docente do Curso de Psicologia da FTC- Jequié. Especialista em Saúde Coletiva pelo Instituto Superior de Educação Ocidente (ISEO). E-mail: Keilamatosftc@gmail.com

“o gênero é o resultado assumido pelo corpo sexuado dos significados culturais a partir da perspectiva binária”³⁰, que reflete a relação exclusiva entre o sexo e o conjunto de suas representações sociais, na tentativa de adequação ao gênero que foi atribuído, a genitália.

De acordo com Silva (2013, p. 14), “é notória na atualidade a resistência e persistência da associação das cores e brincadeiras específicas relacionadas ao sexo biológico”, nos quais as meninas são “treinadas” a serem legítimas donas de casa protegidas pelos homens, possuidoras da “sensibilidade, doçura e leveza” ao gosto pelas cores rosa ou lilás, em contrapartida os meninos conduzidos a ocupar “seus lugares” no mercado de trabalho, e sendo educados a ser “fortes, viris, competitivos”, tendo como cores o verde ou azul.

Mas, e quando essas definições e normas sustentadas pela sociedade como padrões de comportamentos adequando ao sexo dessas crianças não condizem com o que realmente elas desejam? E quando a menina é forte, viril e masculinizada e o garoto é dócil, sensível e frágil? Ou quando uma criança se identifica das duas formas simultaneamente ou com nenhuma delas?

Quando as crianças não corresponde aos padrões preestabelecidos, são pejorativamente identificados como anormais (FOUCAULT, 2010).

Diante do apresentado, o presente artigo tem como objetivo compreender como os padrões heteronormativos, enquanto produto de uma construção social, implicam no processo de identificação do gênero da criança. Buscando identificar, por meio da literatura disponível, a perspectiva de gênero relacionados a correspondência, resistência ou enfrentamento dos papéis femininos ou masculinos na infância, destacando analiticamente a escola enquanto espaço de problematização das diferenças de gênero.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a partir de pesquisas bibliográficas, pois segundo GIL (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material

³⁰ Binarismo, homem e mulher se encontram em posições representadas anatomicamente de maneira estável e socialmente delimitadas em papéis masculinos e papéis femininos. Ser homem implica em não ser mulher, em rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo feminino. Nádia Hermann (2014, p. 479).

já publicado constituído de livros e artigos científicos com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinados assuntos. Visando analisar de forma crítica as publicações já existentes sobre o tema escolhido, foi utilizado uma revisão da literatura do tipo narrativa ao qual é considerada a revisão tradicional ou exploratória, onde não há a definição de critérios explícitos e a seleção dos artigos é feita de forma arbitrária, não seguindo uma sistemática, na qual o autor pode incluir documentos de acordo como seu viés, sendo assim, não há preocupação em esgotar as fontes de informação (CORDEIRO et al., 2007).

A busca por artigos científicos, teses e dissertações que foram necessários para o levantamento de dados, tiveram como base eletrônicas o SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Assim como, também foram utilizados livros.

Foram utilizadas palavras-chaves em português como: crianças, gênero, transgressões, em um segundo momento lidos os resumos e selecionados os que entravam nos critérios de inclusão, como: artigos científicos, teses ou dissertações em que discutiam sobre a temática, buscando periódicos mais recentes de até 7 anos, na língua portuguesa. O critério de exclusão foram artigos, teses ou dissertações em que não estavam na íntegra, que tivessem acima de 7 anos e que não estivessem escritos em português. Tive como base de leituras os livros de Guacira Louro e Judith Butler que são referências nas discussões de gênero.

Após esse procedimento de recortes, inclusão e exclusão, foram selecionados os demais artigos e livros, realizados downloads, posteriormente a leitura na íntegra, análise, e em seguida iniciado o processo de construção da revisão.

3 DISCUSSÃO

Articulando a literatura acerca dos estudos sobre gênero e sexualidade, observou-se o quanto cresceu os números de discussões com relação às questões de gênero na atualidade. Com discussões favoráveis ou não, percebe-se que estas questões não são mais tidas como encobertas e intocáveis, apesar de muitos opositores sustentarem ou afasta-se destes conteúdos, mas eles próprios

inclinam-se 'forçosamente' a discussão, mesmo que associando as crenças religiosas e biologizante, o que acaba por negligenciar o corpo, a sexualidade e a subjetividade envoltos no social.

No momento em que um casal heterossexual engravida, carrega consigo inúmeras incertezas quanto a fisionomia relacionada as semelhanças biológicas, mas também estão suscetíveis a pensar esta criança a partir de demandas e desejos que objetivam responder as expectativas sociais. Segundo Silva (2016, p. 138), a princípio “[...] desde o reconhecimento do sexo do bebê, durante a gravidez, à medida que a família inicia o preparo do enxoval de acordo com o sexo da criança: azul para os meninos e rosa para as meninas”, ou seja, antes mesmo do nascimento da criança, a dicotomia de gênero já é afirmada, (in) conscientemente, apenas pela descoberta de seu sexo.

As marcas do aprisionamento heteronormativos não dão conta da compreensão de um sujeito livre na expressão da subjetividade, inerente a condição humana, pois existe a necessidade iminente da correspondência aos papéis preestabelecidos e fixados, ditando o que é ser menino ou menina. Felipe e Guizzo (2016, p. 21) destacam que a criança desde cedo compreende “o que é ser menino ou menina e o que é permitido a cada um/a”, afinal, desde que nascem, os bebês já recebem marcas que os identificam, as roupas, as cores, os acessórios, os brinquedos, partindo das expectativas de gênero presentes na cultura.

Por muito tempo falar sobre sexualidade na sociedade, bem como nos espaços educacionais era considerado impróprio. Para Amorim (2012, p. 232), quando se fala em sexualidade, considera-se um assunto complexo e de difícil definição, sendo sempre alvo de tabus, repressões, distorções e tentativas de transformar em sinônimo de genitalidade e de reprodução.

As crianças desde cedo aprendem a seguir normas e padrões de comportamentos socialmente aceitos, educando seus corpos e a sexualidade. Fugir dos padrões heteronormativos passando a identificar-se enquanto sujeitos de orientação sexual gays, lésbicas, bissexuais entre outros é estar sujeitos aos estigmas, as repressões, a “anormalidade” uma vez que, uma grande parcela da sociedade ainda hoje não sabe lidar com a diversidade.

Nesse sentido a criança passa a conviver com uma série de repressões

enquanto sujeito de escolhas, no qual a infância é marcada por um período de descobrimento da sexualidade e adequação quanto ao gênero designado. Sistema heterossexual busca normatizar as crianças nos padrões de "normalidade".

A família enquanto socializador primário no desenvolvimento da criança exerce um papel fundamental na construção da identidade de gênero. Segundo Martins e Tavares (2010), é com a família que acontecem as aprendizagens básicas das crianças que são necessários ao seu desenvolvimento. Apesar de muita influência da família, as crianças podem apresentar características cognitivas que são desenvolvidas a partir da sua interação, da sua vivência com outras crianças, assim como outras são desenvolvidas por características hereditárias ou de fatores alheios. No entanto, o estilo de comportamento da família gera efeitos sobre o desenvolvimento social e da personalidade da criança.

Logo, a maneira como essa criança vivencia a descoberta das identidades sexuais e de gênero sofre a influência direta da cultura, incluindo a família. Talvez a maior dificuldade das famílias em lidar com a sexualidade, está ligada ao fato da sociedade associa-la a obscenidade, a algo sujo, pecaminoso e proibido (MOIZES; BUENO, 2010).

A diversidade sexual deve ser entendida não como um problema, mas enquanto parte do ser humano que é dotado de complexidades e que se ocupa não somente do contexto familiar, mas de tantos outros diversos contextos. A escola, exerce um papel fundamental de mediação, de orientação, bem como oferecer um ambiente acolhedor, fomentando discussões e diálogos que problematizem tais diferenças. Propiciar aos educadores(as) ferramentas e capacitações é vital uma vez que as escolas na atualidade, enquanto espaços de inclusão precisam estar preparados para tal, como sugere Louro (2011). É necessário investir em uma formação profissional mais consistente e aprofundada, capaz de produzir reflexões para compreendermos as construções indentityárias desde a infância.

No âmbito escolar é necessário repensarmos sobre a inclusão de discussões sobre violência de gênero, diferenças de gêneros e sexualidade, que é dever do estado e papel da escola ampliar a consciência dos educadores(as),

bem como dos educandos a respeito das diversidades de gênero, novos arranjos familiares, as suas relações, partindo da compreensão que somos todos iguais. Segundo Silva (2010), as escolas mais sensíveis e atentas às mudanças globais de nosso tempo já estão procurando iniciar processos de inovação e de reforma que poderão dar conta dos novos desafios.

São necessárias reflexões acerca das novas mudanças não somente das organizações escolares, dos conteúdos, mas, sobretudo da mentalidade da educação formal e conservadora, sendo que é preciso estar aberto as mudanças de uma “nova” realidade.

Pensar no que é ser menino ou menina dentro de uma sociedade que cria regras de comportamentos ditados nos padrões heteronormativos e associa tais regras as cores enquanto método de identificar e diferenciar o masculino do feminino, implica-nos a questionarmos afinal o que realmente é ser menino ou menina?

As formas de constituir-se masculino ou feminino são demarcadas e construídas socialmente. As cores rosa e azul tornaram-se marcas identitárias que definem um ideal de masculinidade e feminilidade. As cores marcam os corpos – o masculino e o feminino –, ditando regras e prescrições normativas de como se constituir, se portar, se movimentar, de como agir e de como ser na vivência e na constituição da identidade de gênero e também da identidade sexual (XAVIER FILHA, 2012, p. 635).

Diante de tantas generificações as quais incluem roupas, cores, gestos e comportamentos, as quais condizem com os modelos de padrões criados para enquadrar as crianças não dão a possibilidade das crianças construírem relações mais igualitárias nas perspectivas de gênero, uma vez que elas estão imersas em um sistema que normatiza e pune quem busca fugir as normas nesse processo de normatização. Essas crianças são o nosso futuro, pensando sob essa ótica problematizar o hoje na perspectiva de gênero para um futuro com relações mais igualitárias nos diversos contextos aos quais elas estão inseridas, é proporcionar um futuro com relações mais tolerantes as diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que ao passar do tempo tornou-se notável uma

visibilidade maior acerca das questões de gênero e sexualidade, uma vez que as discussões sobre tais questões alcançaram várias esferas da nossa sociedade, ao qual vai desde as escolas, espaços sociais até mesmo no próprio contexto familiar, possibilitando ampliar o olhar da sociedade sobre o sujeito e sua diversidade.

Questionar os padrões heteronormativos enquanto norma social que implica diretamente na exclusão de qualquer outro que transgridam o binarismo de gênero, possibilita ao sujeito problematizar 'sem culpa' as questões de normas, ao qual está diretamente ligado aos padrões sociais do que é ser menino ou menina numa sociedade onde desde o nascimento de uma criança os padrões já são definidos socialmente e culturalmente.

Contudo, a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento da criança bem como no processo de identificação quanto às questões de gênero, sexualidade ou mesmo orientação sexual. Permitir que a criança experimente o brincar, dando assim autonomia a este sem rotulá-la ou mesmo determinar o que é de menina ou menino atribuindo assim um gênero aos brinquedos, brincadeiras ou cores, é possibilitar que esta criança experimente de forma livre sem rótulos ou enquadramentos e assim ela possa se descobrir neste processo.

Mesmo diante de várias discussões foram observados que ainda assim são produzidos poucos trabalhos, artigos, dissertações entre outros que abordem sobre as questões de transgressões do binarismo de gênero na infância. Pouco corroborando para que as famílias, sociedade ou a própria criança busque materiais que os dê suportes para vivenciar este processo.

Diante do exposto, torna-se claro que a intensão deste artigo é produzir reflexões, as quais a infância precisa ser repensada, discutida e resinificada, possibilitando a expansão das discussões sobre saberes e experimentações de gênero, enfraquecendo os discursos sob a ótica das patologias, que marginalizam, punem e agredem psicologicamente, além de fisicamente, os muitos sujeitos que não encontram lugar em uma sociedade cheia de normas e regras que parecem querer ser respondidas a qualquer custo.

5 REFERÊNCIAS

AMORIM, B. M. O. **Sexualidade e mídia na formação docente**. 2012. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORDEIRO, A. M et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância. In: SARAIVA, K.; GUIZZO, B. (Org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas/RS: Ed. Da Ulbra, no prelo. 2016.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 184p. 2010.

HERMANN, Nádia. A questão do outro e o diálogo. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v. 19, n. 57, 2014.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade - o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira L.; FELIPE, J.; GOELLER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 43-53.

MARTINS, S. V.ªcia Marques; TAVARES, H. M. A família e a escola: desafios para a educação no mundo Contemporâneo. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 256-263, 2010.

MOIZES, J. S; BUENO, S. M.V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, Mar. 2010.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, M. E. F. da. Entre brinquedo de menino e de menina: papéis de gênero, Bullying e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. In: encontro diálogos sobre dificuldades de aprendizagem: definições e possibilidades de intervenção, 1. 2016, Marília. **Anais...** Marília: FFC-Unesp. CD-ROM, p. 132-145. 2016.

SILVA, A. K. L. S. da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 12-25. 2013. Acesso em: 30 Out. 2017.

SOUSA NETO, M. R. de. Nos tempos de Melinha Marchiotti: a situação homossexual na

passagem do Século XX para o XXI. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia :UFU, 2013.

XAVIER FILHA, C. A menina e o menino que brincavam de ser.: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51, p. 635, set. Dez. 2012.